



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT:
UMA VISÃO DA CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR**

HELMA LUZIA DE MENEZES MOURA

**BELO HORIZONTE, 2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT:
UMA VISÃO DA CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Helma Luzia de Menezes Moura

A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT: UMA VISÃO DA CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em----- de julho de 2013, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. ----- avaliador

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

Professora Helma Luzia de Menezes Moura

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me acompanharam durante todo esse percurso, que colaboraram direta ou indiretamente para meu aprendizado, aos meus colegas de trabalho, aos professores que me orientaram, à minha família que sempre me apoiou em todos os momentos e, principalmente, a Deus que me cobre de bênçãos a cada novo amanhecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me possibilitar chegar à conclusão desse curso, à minha amiga Marciana pelo apoio e incentivo nos momentos em que mais precisei aos meus professores orientadores que durante todo esse tempo sempre se mostraram dispostos à colaborar com minha formação e à minha família pela incentivo e compreensão em momentos de ausências.

EPÍGRAFE

A escola somente será realmente democrática quando houver real participação de todos os seus membros e o Conselho Escolar é o espaço que procura garantir essa democracia, reunindo diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para analisar e discutir questões relevantes ao bom andamento da comunidade escolar, definir metas e mudanças além de acompanhar o trabalho desenvolvido pela escola e principalmente todo o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, “que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.” (Navarro apud Paulo Freire.)

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre a importância da comunidade escolar na gestão democrática, conforme a proposta do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santos Dumont. Por conseguinte, analisa-se a participação da comunidade escolar na gestão desta escola e, também, desenvolve reflexão sobre o conceito de gestão democrática presente no PPP da escola em questão e sua relação com a comunidade escolar. Para tanto, aborda os mecanismos usados pela escola para a conquista desta participação. Enfatiza-se que para a concretização de uma gestão democrática-participativa é necessário a participação de toda comunidade escolar, opinando e sugerindo em todos os processos escolares. Destaca-se que é fundamental a integração da escola à comunidade para desenvolver ensino de qualidade. Acredita-se que cabe ao gestor promover essa participação, começando pela construção do Projeto Político Pedagógico que é a base para a gestão participativa e democrática. Portanto, uma escola democrática se concretiza em ações coletivas.

Palavras-chave: gestão democrática, comunidade escolar, participação

ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP	-	Projeto Político Pedagógico
LDBN	-	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
PDE		Plano de Desenvolvimento da Escola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Justificativa	11
1.4 Percurso teórico metodológico	12
2. A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT: UMA VISÃO DA CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	13
2.1 A participação da comunidade escolar	13
2.2 O conceito de gestão democrática presente no PPP da Escola Municipal Santos Dumont	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXO	24

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a importância da participação da comunidade escolar na Escola Municipal Santos Dumont, situada na cidade de Divinópolis, MG, nos processos administrativos, políticos e pedagógicos, concretizando uma gestão democrática. Essa participação e envolvimento oportunizaram grandes resultados, sendo um deles a construção do Projeto Político Pedagógico com a participação de toda comunidade escolar envolvida no processo, opinando e sugerindo de maneira coletiva.

A primeira seção, *A participação da comunidade escolar*, aborda o que é uma gestão democrática e como essa escola construiu seu Projeto Político Pedagógico. A segunda seção O conceito de gestão democrática presente no PPP da Escola Municipal Santos Dumont, aborda sobre o trabalho efetivo da comunidade escolar através do colegiado efetivando uma gestão democrática.

Nas considerações finais, conclui-se que a gestão democrática do ensino público é um dos princípios garantidos pela Constituição Federal garantindo o direito à participação e é somente pela participação de toda a comunidade escolar que se exerce uma gestão democrática.

1.1 Tema

O trabalho aborda o tema: “A necessidade da participação da Comunidade Escolar para uma gestão democrática”, destacando que a participação da comunidade escolar é peça fundamental para garantir uma gestão democrática e, somente, se torna possível quando escola e comunidade se unem com um mesmo propósito, o de garantir uma educação pública de qualidade a todos os alunos que dela fazem parte.

Destaca-se que com a construção do PPP essa participação se concretiza cada vez mais, pois todos se sentem envolvidos no processo; o gestor já não centraliza tudo em suas mãos, há o compartilhamento de responsabilidades. A gestão participativa

acontece onde todos os membros têm plena consciência da importância de seu papel na construção de uma escola que busca a cada dia desenvolver melhor seu papel na busca de uma educação de qualidade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Refletir sobre a importância da Comunidade Escolar na gestão democrática conforme a proposta do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santos Dumont.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a participação da comunidade escolar na gestão da Escola Municipal Santos Dumont.
- Refletir sobre o conceito de gestão democrática presente no PPP da Escola Municipal Santos Dumont e sua relação com a comunidade escolar.

1.3 Justificativa

Dentro da unidade escolar, uma gestão democrática se traduz na participação e clareza de ações, onde toda comunidade escolar contribui no dia a dia do espaço escolar. Para tanto, a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santos Dumont se torna um elemento chave para atingir esse objetivo, principalmente no que se refere aos processos de decisão.

Pazeto (2000) avalia que:

[...] a idéia de gestão contém a concepção de coordenação e de participação. A participação constitui um dos componentes indispensáveis da gestão, particularmente quando ela é fruto do quadro de atores, quando ela é da sua atuação responsável. A diversidade de formas de participação

e a intensidade com que ela é exercida correspondem ao grau de identificação e de comprometimento dos integrantes com a missão e o projeto da instituição. A solidariedade e a reciprocidade e o compromisso são valores que justificam a participação no processo de gestão. (PAZETO, 2000, pág.16.)

Nesse sentido, entende-se como gestão democrática um trabalho realizado de forma compartilhada e participativa, no qual existe a possibilidade de participação de todos os segmentos da unidade escolar, ao mesmo tempo em que há o compartilhamento de responsabilidades e que todos visem alcançar o mesmo objetivo que é o pleno desenvolvimento dos educandos.

Na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDBN 9394/96), a gestão democrática é garantida por lei e torna-se a tarefa principal do gestor colocá-la em prática. Assim, a gestão democrática é assunto primordial da administração escolar e deve ser o foco de todo gestor e conseqüentemente de toda escola. Dessa forma, deve-se assegurar que toda comunidade escolar participe, sendo por meio de conselhos escolares ou colegiados contribuindo para uma escola de qualidade comprometida com a construção de uma escola cidadã.

1.4 Percurso teórico metodológico

Adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i) seleção dos autores que constituem o referencial teórico da análise; (ii) levantamento da legislações que abordam a gestão democrática; (iii) análise do conceito de gestão democrática pelos autores; (iv) análise da importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática conforme o PPP construído.

Elaborou-se a fundamentação teórica por meio do estudo dos seguintes autores: Mônica Abranches; Janete Maria Lins de Azevedo; E. S. de Sá Barreto (2008); Erlinda Martins Batista(2010); Ignez Pinto Navarro; Luiz Fernandes Dourado (2006); LUCK, Heloísa; Luck(2010); Elza Lima de Souza Mansano (2010); João Ferreira Oliveira. Estudou-se a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 9394/96).

2. A GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT: UMA VISÃO DA CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

2.1 A participação da comunidade escolar

A Escola Municipal Santos Dumont está localizada no município de Divinópolis-MG e atende aproximadamente 440 alunos distribuídos em todos os anos do Ensino Fundamental. Os pais e responsáveis desta comunidade escolar, em sua maioria, trabalham no centro Industrial, localizado bem próximo aos bairros que residem, sendo que muitos alunos utilizam o transporte escolar oferecido pela prefeitura. Assim, a escola não apresenta quadro de infrequência. Os alunos em sua maioria são de classe econômica baixa, ficando muitas vezes sozinhos em casa. Essa situação acarreta historicamente a ausência dos pais no acompanhamento da vida escolar de seus filhos, fato que sempre despertou atenção da gestão dessa escola.

Destaca-se que foi fundamental buscar a participação dessa comunidade na construção e implantação do Projeto Político Pedagógico para a efetivação da gestão democrática. Buscou-se por meio de eventos de integração, como reuniões entre equipe escolar e comunidade local, composta pelos representantes dos pais e/ou responsáveis, investigar o grau de satisfação dos pais e comunidade com as ações desenvolvidas pela escola, conforme registrado na lista de presença que segue no anexo I.

Enfatiza-se que a participação e interesse da comunidade pela escola foi aumentando a medida que aumentou, também, a frequência das reuniões. Desta forma, tornou-se possível as discussões a respeito da necessidade de se elaborar e implantar um Projeto Político Pedagógico que atendesse as necessidades da escola e seu entorno, ao mesmo tempo que se efetivasse a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, incentivando a participação democrática, conforme citado por Gutiérrez e Catani (2006,p. 61):

compreendem a participação como “[...] a disposição pessoal para engajar-se no processo” e, em conseqüência, só poderá ser concretizada mediante a adoção de uma gestão escolar que possa tornar possível e estimule a autogestão do coletivo e colabora, decisivamente, para o estabelecimento da consciência social de que todos podem contribuir valorativamente para a aprendizagem na escola.

Assim, comprovou-se que é fundamental a participação de todos para que diversas ações possam ser concretizadas e que a existência de uma equipe escolar e de pais atuantes é a garantia de uma democracia participativa que resulta em melhores resultados para todos. A partir de então, o objetivo principal de todos os envolvidos na gestão dessa escola passou a ser o trabalho de forma participativa, onde foi possível repensar a escola, o trabalho docente, o currículo e as prioridades da escola, tornando possível a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal Santos Dumont.

Por conseguinte, a construção do PPP tornou possível a participação efetiva da comunidade escolar na gestão dessa escola por meio do Colegiado Escolar, buscando a cada dia alcançar a gestão democrática. Luck (1999, p.26) concebe a gestão democrática como uma gestão compartilhada e participativa.

[...] o horizonte deste conceito de gestão é o da construção da cidadania que inclui: autonomia, participação, construção compartilhada dos níveis de decisão, e posicionamento crítico em contraponto à idéia de subalternidade. Assim, será construída a "hegemonia da vontade comum", onde o projeto político pedagógico que caracteriza e singulariza na sua proposição, execução, acompanhamento e avaliação tem o envolvimento de todos os participantes. (CARNEIRO; 1998, p.71).

Neste sentido, foi possível evidenciar a importância e a necessidade de que o Projeto Político Pedagógico seja construído garantindo a participação de toda a comunidade para buscar melhores resultados e implantar a participação na gestão escolar, visando uma gestão democrática, onde todos comungam com as prioridades do espaço escolar.

2.2 O conceito de gestão democrática presente no PPP da Escola Municipal Santos Dumont

No atual cenário da Educação brasileira e diante das Políticas Públicas implementadas historicamente até hoje, pode-se afirmar que as instituições escolares buscam um trabalho voltado para uma gestão democrática. Dessa forma, para se alcançar essa gestão democrática como afirma Grosbaum e Davis (2001, p.88):

[...] a gestão democrática implica a elaboração, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e da Proposta Pedagógica ou Projeto Pedagógico, de forma articulada, para realizar uma proposta educacional compatível com as amplas necessidades dos alunos (foco de todo o trabalho pedagógico), sob a liderança do gestor escolar ou “maestro da orquestra”.

Assim, entende-se a gestão participativa como uma ação democrática. Na gestão democrática, os participantes têm plena consciência da importância de seu papel na construção de uma escola cujas decisões são compartilhadas, desenvolvendo-se a prática da cidadania, no interior da mesma, além da consciência social e da autonomia individual e coletiva. Compete aos gestores abrir espaço para a participação de modo pleno de acordo com as colocações de Abranches (2003, p. 41).

Os processos participativos são fundamentalmente complexos. Demandam revisão sobre ações e propostas da hierarquia do sistema (Delegacia e Secretaria de Educação, Escola), dos indivíduos envolvidos (postura de alunos, pais, professores, direção e especialistas), é da função a relação entre os órgãos formalmente instituídos na escola. A institucionalização de espaços de decisão e participação nas políticas públicas e no interior da escola é, por certo, uma vida de formação e aprendizagem individual e institucional. (ABRANCHES, 2003,p.41)

Neste sentido, destaca-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santos Dumont prevê o envolvimento de toda comunidade escolar nas tomadas de decisões. Enfatiza-se que a comunidade escolar abrange todos os funcionários da escola, alunos, pais e/ou responsáveis e toda a população do entorno da escola que

direta ou indiretamente contribuem para o funcionamento desta, tendo como objetivo buscar suporte para oferecer uma educação de qualidade, através da formação de Conselhos Escolares, pois de acordo com a Secretaria da Educação Básica (2004) o “Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão”, e ainda:

A prática social da educação é um todo, com partes que se articulam e se complementam. O Projeto Político Pedagógico, como instrumento de planejamento coletivo, procura resgatar a unidade do trabalho escolar, garantindo que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam. Assim, o Conselho Escolar necessita zelar pela dimensão unitária do trabalho desenvolvido na escola, resgatando a função educativa de todos que atuam no seu espaço. (NAVARRO et. al, CAD 2, 2004, P.27)

Ressalta-se que o Colegiado Escolar da escola em questão proporciona ao trabalho do gestor, divisões de responsabilidades, conforme atas registradas nos dias 24 de março e 06 de maio de 2011, cujo objetivo das reuniões foram tratar da formação e eleição do Colegiado Escolar e da utilização da quadra nos finais de semana por moradores do bairro, pois a partir do momento em que as decisões acontecem no coletivo, através do diálogo tendo como foco principal a aprendizagem do aluno, todos são responsáveis pelos resultados obtidos, conforme citado por Dourado(2009):

Assim, compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Nessa ótica, constitui-se um passo fundamental a criação de órgãos colegiados que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para as soluções das mesmas. (DOURADO, 2009, p.1)

O trabalho efetivo do conselho escolar é que aponta as respostas para os problemas da escola, é, também, quem estimula o grupo a encontrar caminhos para os problemas existentes. Como órgão colegiado compete-lhe a tarefa de analisar as tarefas a serem empreendidas e/os meios a serem utilizados para o cumprimento das finalidades da escola.

Enfatiza-se que o Colegiado Escolar é um órgão da democracia representativa e dele fazem parte os representantes da comunidade escolar. Logo, o colegiado é o

órgão responsável pelo acompanhamento, planejamento, controle e avaliação de todas as ações e atividades pedagógicas, administrativas e financeiras que desenvolvem no interior da escola. Ele é de caráter consultivo e deliberativo.

A Escola Municipal Santos Dumont possui um colegiado atuante e participativo, com representantes de toda comunidade escolar. As reuniões acontecem uma vez por mês ou à medida da necessidade e são registradas em atas e caso algum membro não concorda com a decisão tomada pela maioria, sua opinião também é registrada. Há o Estatuto do Colegiado que é definido pela comunidade escolar, sendo renovado a cada dois anos. O colegiado fiscaliza, participa e opina sobre toda movimentação financeira da escola, desde a liberação das verbas até a prestação de contas, de acordo com as legislações vigentes.

Observa-se a efetiva gestão democrática da Escola Municipal Santos Dumont na participação ativa do Colegiado, nos momentos coletivos de decisões sobre as prioridades e melhores encaminhamentos para a distribuição das verbas da escola e nos momentos de planejamentos pedagógicos, para que todas as ações sejam revertidas na qualidade do ensino.

Todo esse processo é feito de maneira transparente e de forma democrática na tomada de decisões sobre a aplicação e controle do dinheiro gasto, através de reuniões onde os membros são informados de toda a situação opinando e decidindo sobre a melhor forma de investir nas prioridades da escola. Todo esse processo é registrado em atas que são aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

Assim, o PPP da Escola Municipal Santos Dumont prevê o envolvimento de toda comunidade escolar no trabalho coletivo, sendo este o principal instrumento de uma gestão democrática. Gadotti citado por Mansano (1997. p. 26) salienta que

apesar da gestão democrática ser recomendada pelo Poder Público, uma vez que é enfatizada pela Constituição Federal brasileira de 1988 e consolidada na Lei 9.394/96 – LDB – esta determinação legal, por si só, não garante uma escola de qualidade e democrática. Reforça que devem ser empreendidos esforços para a construção de uma escola realmente democrática. Considera que a escola está a serviço da comunidade e ao perseguir a gestão democrática, essa instituição está prestando um serviço também à comunidade que a mantém.

Assevera-se que de nada adianta as escolas terem autonomia para criarem seu Projeto Político Pedagógico, fundar o colegiado, eleger seu diretor, administrar as verbas recebidas, se essa proposta não for coletiva com um mesmo objetivo. Como afirma Luck (2009, p.85): “É importante ressaltar que autonomia não se constrói com normas e regulamentos limitados a aspectos operacionais e sim com princípios e estratégias democráticos e participativos”. Como a eleição para diretor da Escola Municipal Santos Dumont ocorre através da eleição direta com a participação de toda comunidade escolar, conforme previsto no PPP da escola, o diretor passa a ter a função de coordenar as atividades gerais da escola, incentivando a participação nas ações colegiadas da escola.

Não é possível, também, tratar de gestão democrática sem discutir sobre a descentralização, outro alicerce viabilizador desta opção de trabalho de caráter coletivo, que implica numa mudança de paradigma que vem marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interação dirigentes, funcionários e usuários, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes. (LUCK. 2010, p.12)

O diretor na gestão da escola, precisa ter uma equipe comprometida e ainda poder contar com a colaboração e participação dos conselhos escolares. O projeto político pedagógico estabelece a missão da escola, ações e projetos, que valores consideram relevantes para a formação dos alunos, as propostas para a construção do conhecimento, a formação continuada dos professores, relações de trabalho, enfim tudo que se diz respeito do funcionamento da escola. Este é o papel do conselho escolar, analisar os pontos fundamentais para que a escola ofereça um ensino de qualidade.

Enfatiza-se que trabalhar em equipe demanda tempo, mas é sem dúvida a ferramenta que prioriza a democracia a transparência, fortalecendo a gestão participativa e democrática. O conselho escolar é o desenvolvimento para a prática democrática, ele é o parceiro da direção da escola, ele faz acontecer uma gestão democrática, participativa e transparente, se estiver disposto a trabalhar em favor do sucesso do ensino-aprendizagem e pela melhoria da escola. Carneiro (1998, p.71)

afirma que “o trabalho participativo não apenas descentraliza as decisões, mas também sacode o mofo da rotina e recria o sonho das pessoas a cada dia”.

Destaca-se que a escola em questão possui um colegiado que atua em sintonia com a administração e juntos definem caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades da escola. Em uma escola com gestão democrática, um projeto político pedagógico voltado para o sucesso do aluno, uma comunidade escolar participativa e comprometida, os resultados são voltados para uma educação de qualidade, onde conhecimento passa a ser fruto de uma construção coletiva. Veiga (1996;1998)” nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base Da Educação (LDB) 9394/96, os artigos 14 e 15 estabelecem que:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – Participação dos profissionais da Educação na elaboração do Projeto Pedagógico da Escola. II – participação das comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Esses artigos mostram a necessidade do desenvolvimento, organização e exercício da gestão democrática, fazendo com que o gestor tenha como parâmetro a responsabilidade e a consciência de fazer com que todos se conscientizem que para se chegar ao sucesso na realização dessa tarefa é necessário um trabalho participativo e reflexivo, envolvendo toda comunidade escolar no processo, havendo o compartilhamento de responsabilidades, assim como citado por Abranches:

[A descentralização só existe no momento em que as decisões locais possuem uma certa Autonomia e emanam de uma coletividade a não do Estado. O ponto central a ser considerado no processo de descentralização

é que este pode estimular e abrir oportunidades para a participação social, mediante o deslocamento dos centros decisórios – descentralização é um Meio para favorecer a participação. Por outro lado, a descentralização só se torna possível pela participação].(ABRANCHES, 2003, pág. 18).

Dessa forma, pode-se afirmar que diante da legislação existente e de todos os pontos positivos apresentados no decorrer dessa reflexão, a gestão participativa deve ser o norte de toda gestão das escolas públicas, e que o trabalho de todo gestor dessas instituições deve ser voltado para que esse objetivo seja alcançado e essa participação realmente aconteça de forma efetiva e ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetiva desenvolver reflexão sobre o conceito de gestão democrática presente no PPP da Escola Municipal Santos Dumont e a análise da participação da comunidade escolar presente na gestão. Para isso foram selecionados de vários autores que constituem o referencial teórico da análise; levantamento da legislações que abordam a gestão democrática; análise do conceito de gestão democrática pelos autores e análise da importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática conforme o PPP construído.

Destaca-se que a Escola Municipal Santos Dumont, com a construção do projeto político pedagógico e com a participação da comunidade escolar envolvida, por meio do colegiado escolar busca uma gestão democrática. Assim, foi constatado que quando as decisões acontecem no coletivo, o sucesso vem em prol de uma educação de qualidade, revertendo em prol do aluno.

A atual gestão desta escola aponta indícios de descentralização do poder e de participação de todos os envolvidos na comunidade escolar por meio do colegiado. Neste sentido destaca-se a composição do colegiado pelos representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: funcionários, professores, pais ou responsáveis pelos alunos, alunos e pessoas da comunidade local, cujo objetivo é o trabalho coletivo revertendo em inúmeros benefícios para a escola, inclusive compartilhamento de responsabilidades. O colegiado escolar é o suporte tanto nas atividades financeiras quanto nas político-pedagógicas, fiscalizando e apoiando a consolidação da gestão democrática participativa .

Durante a construção do projeto político pedagógico da escola, conscientizou-se de que a gestão democrática é aquela em que existe fundamentada na cultura do diálogo entre gestor e comunidade escolar e que uma gestão para ser democrática não acontece se não for por meio da participação. Portanto, cabe ao gestor definir sua maneira de administrar, uma vez que ficou claro que o gestor não pode mais manter suas ações centralizadas, pois a gestão democrática e participativa está

prevista em lei e que é pela participação da comunidade escolar nas escolas que produzem os resultados e cabe ao gestor promover essa participação, começando pela construção do Projeto Político Pedagógico que é a base para se começar uma gestão participativa e democrática. Portanto, uma escola democrática se concretiza em ações coletivas.

Conclui-se com esta análise crítica que uma gestão democrática não se consegue do dia para a noite, é um processo que demanda tempo e bons mecanismos para atrair a comunidade escolar para dentro da escola. Inicia-se com pequenos eventos e reuniões até que todos se sintam atraídos e responsabilizados pela sua participação e contribuição.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação escolar** – São Paulo, Cortez.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no Contexto da Gestão Escolar**, Site disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 6 jun.2013.

BARRETO E. S. de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação**. Brasília: MEC/SEB, 2008. 1 CD-ROM.

BATISTA, Erlinda Martins. Gestão Pedagógica. In._____. **Gestão Pedagógica: Supervisão e orientação**. 1ª ed. São Paulo.: Know How, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola/** elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. 68p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9394/96). Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cortesia da Editora do Brasil S/A

DOURADO, Luiz Fernandes [et al]. – **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 8ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de gestão.

MANSANO, Elza Lima de Souza. **Estratégias de articulação na escola: gestão pedagógica**. In _____Gestão de Recursos Escolares. 1ª Ed. São Paulo.: Know How, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira –A construção Coletiva do Projeto político Pedagógico (PPP) da Escola .Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 9 jun.2013.

OLIVEIRA, João Ferreira [et al]. Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 2 jun.2013.

OLIVEIRA,João Ferreira [et al] **Conselho Escolar e Autonomia: Participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 2 jun.2013

ANEXO

ANEXO A: Lista de presença reunião de pais/responsáveis e funcionários.

Lista de Presença

Nº	
01	Marilda Alves Batista
02	Maria Francisca Silva
03	Antonio Romundo da Costa
04	Ricardo Donizeto Vieira
05	Maria Amália Gomes Rocha de Oliveira
06	Maria Estelidim dos Santos
07	Fernanda Aparecida Santos
08	Sara Cristina Maia
09	Salomoni de Andrade
10	Roguel Patrícia Pinto
11	Janyga Aparecida Moraes Gomes
12	Wellington Francisco Gomes
13	Josmar do Henrique dos Reis Rodrigues
14	Robiana Silva Bastos
15	Marlene de Souza
16	Lucia Cristina de Sousa Oliveira
17	Luizia Rita de Jesus
18	Gilma Cristina Martino
19	Roberta do Carmo Pereira
20	Gilma da Conceição Nogueira
21	Michelle Ribeiro Vieira
22	Shirley de Jesus Coutinho
23	Maria Aparecida Ribeiro de Oliveira
24	Renúcia Pereira da Silva
25	Maria Dinorah Rocha
26	Armanda Rocha
27	Ubiraj Elzine de Resende
28	Amélia Ruyza Alves
29	Joo Batista da Costa
30	Marta Spay Batista
31	Julia Ribeiro Oliveira
32	Marina Aparecida Ferreira
33	Marta Helena de Oliveira
34	Rosaura Cristina da Silva
35	

ANEXO B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA E.M. SANTOS DUMONT**

**HELMA LUZIA DE MENEZES MOURA
JULIANE RIBEIRO SILVA CAMARGOS
MARIA INÊZ RODRIGUES MARTINS SANTOS
ROSIMEIRY FERREIRA DE LIMA RESENDE**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA E.M. SANTOS DUMONT**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	12
3. CURRÍCULO	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	24
7. AVALIAÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	34

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Santos Dumont está localizada no município de Divinópolis-MG. Atende aproximadamente 440 alunos do Ensino Fundamental, sendo 240 nos anos iniciais e 200 alunos nos anos finais, contando com 44 profissionais (diretor administrativo, diretor pedagógico, vice diretor, supervisores, secretária, auxiliar de secretaria, 28 professores, técnico de informática, auxiliar de biblioteca, serventes, auxiliares de serviço II e porteiro. A Escola Municipal Santos Dumont oferece o Ensino Fundamental com duração de nove anos, estruturando-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais.

A Escola Municipal Santos Dumont, está localizada a nove quilômetros do centro da cidade, em um bairro periférico, com infra-estrutura deficiente, onde o asfalto e rede de esgoto agora que estão sendo implantados no bairro, de classe econômica de baixa renda. A escola atende além dos alunos que moram no bairro, alunos dos bairros vizinhos. A maior parte da população desses bairros é formada por pais que saem cedo para trabalhar, assim nossos alunos ficam sozinhos em casa, o que acarreta a ausência dos pais na vida escolar dos filhos.

A Escola Municipal Santos Dumont é uma instituição que busca compartilhar com a família e a sociedade preocupações de ordem ética, ambiental, social e afetiva procurando garantir que seu espaço propicie às crianças e adolescentes a experiência de socialização, de solidariedade, de criatividade e do conhecimento. Assim sendo, esta escola passa a ser nesta região elemento fundamental no processo de formação humana global, fazendo-se necessária a eficácia deste Projeto Político Pedagógico como prática construtiva e renovadora.

Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que “o Projeto Político Pedagógico deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola”. No Projeto Político Pedagógico todas as

ações são avaliadas e discutidas, as responsabilidades são de todos, pois a construção é coletiva, a comunidade escolar pensa, discute, planeja, constrói e executa coletivamente. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção. “Não existe na construção do Projeto Político Pedagógico da escola um ponto final senão pontos de partida sempre renovados, ritualizados e ampliados em sintonia com o mundo vivido numa incessante busca de significados novos para viver”. (BARCELOS, 1992, s.d.)

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Visto que a sociedade encontra-se em constantes mudanças, torna-se necessário preparar o educando integralmente, a fim de propiciar-lhe condições de construir o conhecimento e o aprendizado sistematizado, visando à formação do cidadão pleno e capaz de decidir, intervir e transformar sua realidade. Segundo Azevedo:

[...] é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, aluno, funcionários, pais, comunidade. (AZEVEDO, 2005, p. 18)

O papel da Educação atualmente, na era da informação não é uma tarefa fácil, pois o conhecimento está em diversos lugares, não somente na escola onde sempre esteve. A busca por um ensino de qualidade, que estimule e desafie o aluno, a se confrontar com o meio ao qual está inserido é um grande desafio que se está enfrentando nos dias atuais e requer muita habilidade dos educadores de maneira geral, com o objetivo de proporcionar nos alunos um sujeito crítico, capaz de criar situações em que aprendam igualmente, cada um de acordo com seu talento e com seu potencial. Segundo Morin:

[...] O objetivo da educação não é transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em seu sentido definido [...] MORIN, 2003, p. 47)

A escola contemporânea, assim como a sociedade em geral, vive uma crise de paradigmas, onde as certezas que embasavam sua diretriz encontram-se em colapso e um novo paradigma ainda não se instalou. A educação busca como subsidio uma instituição democrática, participativa que prima pelo diálogo e pela mobilização das pessoas nos princípios de convivência democrática. A autonomia da escola é construída coletivamente sem perder de vista as diretrizes estabelecidas pelos sistemas de ensino em busca da construção da identidade da escola. Nesse contexto, portanto, a escola procura dar respostas adequadas às expectativas que a sociedade espera dela.

A missão dessa escola está pautada no compromisso contínuo com a educação e a cultura. Dessa forma, busca-se preparar os alunos para participarem ativamente do processo ensino-aprendizagem desenvolvendo-os criticamente em seus aspectos éticos, políticos e estéticos. Nesse sentido espera-se que sejam capazes de atuarem de forma efetiva como cidadãos conscientes na sociedade da qual fazem parte.

A Escola Municipal Santos Dumont, buscando implementar uma postura libertadora, é uma instituição que busca compartilhar com as famílias e a sociedade preocupações de ordem ética ambiental, social e efetiva procurando garantir que seu espaço, propicie às crianças e adolescentes a experiência de socialização, de solidariedade, de criatividade e do conhecimento. Assim sendo, esta escola passa a ser nesta região elemento fundamental no processo de formação humana global, fazendo-se necessária a eficácia desta na prática construtiva e renovadora e tendo como princípio o diálogo e a reflexão das práticas do cotidiano “Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social” (AZEVEDO, 2005, p.22).

A escola enquanto instituição democrática busca atender sua comunidade tendo como princípio básico o cumprimento das Diretrizes Básicas de Educação, buscando subsídio nos debates que orientam seus profissionais e documentos como seu Projeto Político Pedagógico, cujo objetivo é o de sempre buscar suporte para oferecer uma educação de qualidade. A proposta pedagógica deve estar em constante renovação, em processo para manter o fim a que se propõe, sendo renovada a todo o momento em que a equipe achar necessário para atender as demandas, não perdendo o foco das diretrizes que a orientam.

O educador não é mais o detentor do conhecimento, mais sim o sujeito que estimula o aluno a pensar, a buscar o conhecimento, valorizando os saberes do educando e correlacionando os seus saberes com o conhecimento formal. A Lei Diretrizes de Bases (BRASIL, LDB 9394, 1996) em seu artigo 22 aponta,

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, LDB 9394,1996)

Portanto a teoria Construtivista atende a legislação vigente, em que conhecimento não aquele constituído e repassado aos alunos de forma autoritária, mas é construído conjuntamente no espaço escolar, onde é realizado um trabalho buscando resgatar a participação dos pais juntamente com integrantes da comunidade escolar: professores, técnicos e demais servidores e alunos, baseada numa atuação pedagógica consistente e participativa.

A escola exerce um papel social que estimula o indivíduo a repensar sobre sua posição na sociedade e provocar neste a busca do conhecimento e formação para adequar-se as demandas da sociedade globalizada. Neste sentido, é realizado um trabalho que busque superar as dificuldades encontradas para se garantir um ambiente de aprendizagem que possa atender a todos os alunos, com a participação dos integrantes da comunidade escolar. Através da construção desta proposta busca-se desenvolver uma identidade própria, baseada numa atuação pedagógica consistente e participativa

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola se constitui por uma organização estruturada nos âmbitos administrativos e pedagógicos. A estrutura administrativa considera os elementos materiais, financeiros e da infraestrutura básica de apoio à ação pedagógica. A estrutura pedagógica articula e organiza as funções educativas a fim de que a escola atinja suas principais finalidades. Os funcionários que atuam na escola são concursados, sendo estatutários ou contratados pelo processo seletivo do município.

Para administrar os 440 alunos a escola conta com uma equipe gestora composta pelo diretor escolar a diretora pedagógica e a vice diretora, com funções específicas que se complementam num trabalho conjunto. Fazem parte dessa equipe os supervisores, os professores, a secretária, auxiliar de secretaria, auxiliar de biblioteca, serventes, auxiliares de serviço e porteiros. Essa equipe é fundamental para que o trabalho desenvolva com qualidade e da melhor forma, é como se todos fizessem parte de uma orquestra e é preciso que todos estejam afinados, o bom relacionamento e o respeito são muito importantes nessa interação.

A função de todos é zelar por um espaço onde aconteça a interação dos serviços primando por uma educação de qualidade. Segundo Jamil Cury "a gestão do projeto político pedagógico é tarefa coletiva [...] liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade".(CURY, 2002,p.11)

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A estrutura organizacional administrativa é composta pela equipe de diretores escolar e pedagógico e vice diretor. O diretor escolar é responsável pela área de recursos humanos, secretaria, registros, área financeira, transporte, livros, conselho escolar, acompanhamento do Bolsa família, dos espaços físicos, merenda bem como pelo andamento geral da escola. Acompanhar junto ao diretor pedagógico as

questões pedagógicas, coordenar as reuniões para buscarem juntos alternativas para soluções de problemas.

O diretor pedagógico é responsável pela organização do trabalho pedagógico, direção essa dividida em dois níveis: nos resultados dos aproveitamentos escolares dos alunos na escola, avaliações como um todo, interfaces, planejamentos e no acompanhamento da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos. As atividades trabalhadas, os resultados alcançados e o PDI (Plano de desenvolvimento individual) do aluno. O vice diretor que tem a função de auxiliar o diretor escolar e o diretor pedagógico, bem como substituí-lo na ausência. Cabe à gestão agir de forma conjunta, completando os serviços. Agir de forma democrática. Garantindo a observância da LDB 9394/96, bem como os parâmetros curriculares estabelecidos. Compete ainda ao vice diretor acompanhar o setor de merenda escolar, o cardápio e buscar os alimentos perecíveis.

Compondo com a equipe gestora estão os funcionários da secretaria, biblioteca, laboratório de informática, auxiliares de serviço e serventes, bem como o conselho escolar. A direção pedagógica compõe com os supervisores e professores e alunos. Faz parte da administração a secretária escolar e a técnica de secretaria responsável pelos serviços da secretaria: livros de registros, diários, arquivos, organização dos documentos, bem como a emissão dos mesmos, folhas de frequência e todos os que se fizerem necessários. Na secretaria ainda trabalham duas professoras de laudo médico, divididas por turno responsáveis pelo atendimento ao telefone, público e pelo xerox. As auxiliares de serviço são responsáveis pela limpeza dos espaços físicos e são responsáveis pelo almoxarifado da limpeza. As serventes fazem e servem a merenda escolar e são responsáveis pela organização do almoxarifado da merenda.

O Conselho Escolar como órgão interno regulador é muito importante na garantia da qualidade. O Conselho Escolar composto por representantes dos vários segmentos de funcionários, de pais, membros da comunidade e de alunos compõe e garante uma gestão democrática, lembrando Jamil Cury, “vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição”(Jamil Cury, 2002 p.7). Para garantir a democratização dos

recursos financeiros os membros do Caixa Escolar são fundamentais. Os membros do Caixa Escolar são representantes dos funcionários e pessoas da comunidade que se reúnem todas as vezes que entram os recursos financeiros do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na escola) e verbas do convênio com o município para definir os investimentos e no final das compras para realizar a prestação de contas. A participação dos membros do Caixa escolar é fundamental para garantir a democracia, a definição conjunta dos recursos públicos, bem como o controle social.

Os recursos financeiros da escola são provenientes do convênio do Caixa Escolar com o município e do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os recursos do caixa escolar são divididos em parcelas e para compra de material de custeio. O PDDE é uma única parcela e de acordo com a necessidade apresentada no ano anterior é dividido em porcentagem com gasto de custeio e capital. Os membros do Caixa Escolar, representantes de funcionários e pais de alunos participam da decisão dos gastos e assinam o parecer sobre o uso da verba. Todas as prestações de conta são entregues ao setor de contabilidade do município. Na escola são levantadas junto ao administrativo e pedagógico todas as necessidades da escola e a partir do envolvimento de todos levantamos as prioridades de compra. Sendo o objetivo maior o desenvolvimento da educação de qualidade, o melhor atendimento aos alunos.

O espaço físico da E. M. Santos Dumont possui, no andar superior, onze salas de aula, sala da supervisão, sala dos professores e almoxarifado. No térreo funcionam a cozinha, o refeitório, a secretaria, o laboratório de informática, laboratório de ciências, amplos banheiros masculino e feminino, banheiros para funcionários, biblioteca, auditório e sala da direção. Conta ainda com um ginásio poliesportivo. Todos esses espaços são utilizados para favorecer as atividades que visam o amplo desenvolvimento dos alunos.

A construção do prédio facilita, em grande parte, o desenvolvimento das atividades. Porém o material com que foi construído, blocos pré fabricados dificulta na acústica. Os sons produzidos no andar superior, são reproduzidos no térreo. As janelas são frágeis. As salas são amplas, porém necessitam de iluminação artificial. Todos os

espaços são utilizados para favorecer os trabalhos e sendo preservado o uso pedagógico. A quadra é coberta e fica a uma distância que não atrapalha as aulas nas salas.

A escola é bem equipada. Possui carteiras e armários nas salas, todos os espaços são mobiliados de acordo com a necessidade. Os equipamentos do laboratório são de qualidade. Para os eventos foram adquiridos equipamentos como caixas de som, microfone e outros. A E.M. Santos Dumont recebeu do MEC aparelho multimídia, laboratório de informática do Programa Nacional de Informática de Tecnologia Educacional (PROINFO). Tem uma televisão móvel para uso em sala. A biblioteca é ampla e tem mobiliário próprio.

Cada equipamento recebido ou comprado é muito importante dentro da estrutura administrativa da escola. A preservação e o bom uso são incentivados uma vez que é de todos e para todos. Para compra de novos equipamentos é feito o levantamento das necessidades e prioriza-se o pedagógico. Alguns espaços e equipamentos na escola são de uso coletivo como a biblioteca, auditório, quadra, laboratório de informática e ciências, televisão e aparelho multimídia. Para uso desses locais e equipamentos é necessário planejamento e agendamento. Para a biblioteca, laboratório de informática e quadra o horário das aulas deverá ser respeitado.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

Dentro da perspectiva democrática a estrutura organizacional pedagógica é fundamental para o desenvolvimento da educação de qualidade. Segundo Jamil Cury “o solo do ato pedagógico é o espaço do ensino aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade” (Jamil Cury 2002 p.10). Nesse sentido propiciamos uma organização escolar que possibilite as interações, o estabelecimento de normas, o planejamento, o respeito, as parcerias, situações que favoreçam o processo de ensino–aprendizagem.

A E M. Santos Dumont atende os alunos dos anos iniciais 1º ao 5º ano no turno vespertino de 13 h às 17:30 h. Atende os anos finais do 6º ao 9º ano no turno matutino de 7h às 11:30 h. O número de educandos e educadores varia de acordo com o ano. Em 2013 são 440 alunos, 240 no vespertino e 200 no matutino. Quando os alunos necessitam de apoio pedagógico são encaminhados para o CEAE (Centro Especializado de Apoio Educacional) do município.

Os professores do turno matutino são divididos em grupos de trabalho. Cada grupo trabalha com 3 ou 2 turmas, variando com o número de turma do ano. O grupo é composto por área: Língua Portuguesa/Arte, Matemática, Ciências e Geo/História. Outro grupo é composto pelo professor de Inglês, Educação Religiosa/Filosofia e Educação Física. O dia que os alunos tem aulas com esse último grupo, o outro grupo planeja. Ou seja, todos os grupos tem planejamento conjunto. O planejamento possibilita a interação entre os professores, a interdisciplinaridade, um olhar mais atento sobre cada aluno. A diretora pedagógica e a supervisora acompanham o planejamento e fazem a interface dos grupos. No horário de planejamento também são atendidos os responsáveis pelo aluno ou o próprio aluno, quando necessário.

Os professores do turno vespertino trabalham com monodocência. Formam a equipe dos 1ºs anos, dos 2ºs, 3ºs, 4ºs, e 5ºs anos. Quando uma equipe está planejando os alunos têm aula de Educação Religiosa/ Filosofia e Educação Física. Todos os grupos tem horário de planejamento acompanhado pela diretora pedagógica e supervisora. Nesse horário são atendidos, quando necessário, responsáveis por alunos ou os próprios alunos.

A Escola Municipal Santos Dumont planeja sua ação didático-pedagógica através do planejamento conjunto nos dias escolares. Utilizamos a pedagogia de projetos. Existem projetos que permeiam a escola por todo o ano. São projetos maiores que pertencem ao município. Outros projetos são específicos de interesses dos grupos e a partir de temas geradores. O importante é que estejam todos interligados e que sejam socializados com a escola. Esses temas e atividades dos projetos são socializados durante o Jornal falado. O Jornal falado é uma atividade mensal, cada turma fica responsável uma vez por ano de recolher as notícias do mês, o que

aconteceu de importante na escola, na cidade, no mundo, prepara ainda algum número cultural para apresentar para as outras turmas. São convidados nesse dia para participar do jornal os pais dos alunos da turma responsável. Nesse sentido, durante o ano todo garante-se a socialização dos assuntos trabalhados pela escola.

Durante os planejamentos semanais, a orientação pedagógica é fundamental para garantir o cumprimento das metas legais previstas na lei de diretrizes e bases LDB 9394/96 e demais parâmetros que norteiam a educação. É preciso garantir o cumprimento das leis nacionais, estaduais e os decretos municipais. A Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, MG - SEMED, através da equipe da Gerência Educacional, acompanha todo o processo pedagógico da escola, através de reuniões periódicas.

A escola conta com os serviços de apoio pedagógico do município, o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CEAE. Os alunos com baixo desempenho e com dificuldade de aprendizagem são encaminhados para atendimento no CEAE. Para sanar as dificuldades detectadas nos testes de diagnóstico os professores combinam fazer a mobilidade, ou seja, com a ajuda da professora eventual, dividem a turma por grau de dificuldade e fazem um trabalho direcionado. No dia a dia são planejadas atividades de acordo a sanar as dificuldades apresentadas. O olhar circunspecto do professor e da equipe pedagógica busca todas as formas de atenção aos alunos.

A equipe de professores e funcionários da escola, é incentivada a estar em constante formação. Segundo Jamil Cury (2002 p.10) “a escola ganhará em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos”. Com todo o esforço da organização pedagógica e administrativa a escola espera colher os melhores frutos. Ou seja, alunos que além de ler fluentemente, interpretem, produzam bons textos com coerência, coesão e lógica, com raciocínio lógico matemático, sejam críticos, conscientes e autônomos na busca do conhecimento que é a vida toda. A formação da cidadania responsável é também muito importante.

A realidade organizacional da E. M. Santos Dumont está muito próxima do ideal apontado por vários autores. Os professores tem (horário de planejamento, trabalho de equipe, acompanhamento pedagógico. A forma como é organizado os horários facilita o trabalho interativo e até mesmo a formação continuada. O conhecimento escolar é constituído a partir das questões que são do interesse social e da sua reflexão, tendo como referência o conhecimento cultural e científico acumulado.

3. CURRÍCULO

Na E .M. Santos Dumont o currículo (ANEXO B) tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que essa construção se efetive. Busca-se, pois, despertar na comunidade escolar o senso crítico, a partir de suas experiências vivenciadas na construção da aprendizagem. O currículo proposto pela E M. Santos Dumont, privilegia o desenvolvimento de competências e habilidades, numa visão humanística, considerando que o indivíduo deve desenvolver seu potencial para enfrentar os desafios do mundo em transformação, entendendo-o e relacionando-se ativamente com o mesmo. Essa concepção se fundamenta no resgate do pensar filosófico, valoriza a interdisciplinaridade e a contextualização na organização do trabalho pedagógico e concebe o conhecimento como algo construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados.

Podendo ser enriquecido pela heterogeneidade do próprio contexto social e pela diversidade dos sujeitos que o processam, o conhecimento precisa, constantemente, ser resignificado. Para alcançar seu objetivo, o currículo deve refletir acerca da concepção de educando e da sociedade que se quer construir, pensando na forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho. Concorda-se com essa linha de pensamento no interior da E. M. Santos Dumont. Nesse sentido, o conhecimento escolar é visto em sua dinamicidade e não como uma mera simplificação do conhecimento científico.

Respeitando a base legal que orienta e regulamenta a organização curricular, lei das Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais e considerando a bagagem sociocultural dos educandos, na elaboração do currículo do Ensino Fundamental da E.M. Santos Dumont, são norteadores das ações pedagógicas: Os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade, da liberdade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas. No Ciclo da Alfabetização o aluno vivencia a construção do conhecimento, é estimulado à leitura, à construção do número e da escrita. No Ciclo Complementar, é intensificada a correção, a sistematização e o processo de formalização, bem como nos anos finais do Ensino Fundamental.

Segundo Alice Lopes (2006 p.37) “na medida em que toda política de currículo é uma política cultural” o currículo da E. M. Santos Dumont, não é neutro. Através da pedagogia de projetos, são trabalhados os conteúdos necessários à vivência do aluno, bem como os temas transversais , buscando a contextualização do conhecimento, fazendo uma inter-relação entre os conteúdos, projetos e realidade dos educandos. Assim a Escola preza pela integração entre o social, a vivência, o resgate dos valores e o conhecimento formal. “A política Curricular é, assim uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados”. (LOPES,2006. p. 39)

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Projeto Político Pedagógico, que tem compromisso com a educação de qualidade para todos, exige que a escola redimensione a organização de seu tempo e espaço. Esta reorganização deverá levar em conta a necessária flexibilidade para se ajustar à concepção formadora de seres humanos de maneira, democrática e inclusiva. Este tipo de organização favorece o acompanhamento das diferenças individuais dos alunos, o trabalho coletivo do professor, a execução do currículo interdisciplinar e o processo de avaliação.

A educação escolar municipal de Divinópolis é organizada pelo Decreto Municipal Nº 10.965 que dispõe sobre as diretrizes gerais da organização e funcionamento da educação básica nas unidades escolares onde o Ensino Fundamental a duração é de nove anos e abrange a população na faixa etária dos seis aos quatorze anos de idade e se estende também a todos os, que, na idade própria, não tiveram condições de freqüentá-lo.

O ensino fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana: Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano; Segundo Ciclo: 4º e 5º Ano; Terceiro Ciclo: 6º ao 9º Ano.

[...] A criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir. [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. (SÃO PAULO/SP, 1988d, p.2-3) (Idem, p.81)

O espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade da escola e regido por princípios democráticos.

A escola deve ser um espaço de divulgação do que é produzido pela comunidade escolar: Este espaço democrático, criativo, de organização do pensamento, de debates e luta, constitui-se num instrumento de formação da cidadania. (PORTO ALEGRE/RS, 1995, p.34).

Ao propor a organização do Ensino Fundamental em ciclos com atividades formais e informais, tem-se em mente, entre outros pressupostos, o respeito ao tempo e às

necessidades individuais do aluno, entendido como sujeito da sua própria aprendizagem, como também, a necessidade de atender a anseios e ritmos diferenciados, as suas características a seu modo de relacionar com os outros e com o mundo à sua volta, respeitando-os. De acordo com a LDB 93/94 e Orientações para a elaboração do calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação são duzentos dias letivos e nove dias escolares respeitando a carga horária exigida por lei de 833h 20m.

O calendário escolar (anexo B) é feito coletivamente respeitando as datas pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG. Há uma Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar composta por funcionários, alunos maiores de dezesseis anos, representantes de pais e o diretor da escola. Essa comissão tem por objetivo assegurar o cumprimento do mesmo e acompanhar toda modificação que por ventura vier ocorrer durante o ano, depois de homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

Os professores do turno matutino são divididos em grupos de trabalho. Cada grupo trabalha com 3 ou 2 turmas, variando com o número de turma do ano. O grupo é composto por área: Língua Portuguesa/Arte, Matemática, Ciências e Geo/História. Outro grupo é composto pelo professor de Inglês, Educação Religiosa/Filosofia e Educação Física. O dia que os alunos tem aulas com esse último grupo, o outro grupo planeja. Ou seja, todos os grupos tem planejamento conjunto. O planejamento possibilita a interação entre os professores, a interdisciplinaridade, um olhar mais atento sobre cada aluno.

Os professores do turno vespertino trabalham com monodocência. Formam a equipe dos 1ºs anos, dos 2ºs, 3ºs, 4ºs, e 5ºs anos. Quando uma equipe está planejando os alunos têm aula de Educação Religiosa/ Filosofia e Educação Física. Todos os grupos tem horário de planejamento acompanhado pela diretora pedagógica e supervisora. A participação da equipe pedagógica é fundamental para que a equipe se interaja por uma melhor ação pedagógica. Nos dias de planejamento, a equipe pedagógica estará junto com os professores discutindo a realidade de cada sala de aula, os avanços, obstáculos e estratégias para um ensino de qualidade.

A carga horária oferecida aos alunos é de 4h30m e está incluso vinte minutos de recreio. Aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são oferecidas atividades que buscam sanar as suas dificuldades (6º ao 9º ano). Os alunos são redistribuídos uma vez por semana, no mesmo turno, em grupos menores de acordo com seu grau de dificuldades diagnosticados e planejam o que vai ser trabalhado semanalmente. Este planejamento se dá em 50 minutos e é executado em um módulo/aula no horário de mobilidade. Através deste projeto de mobilidade espera-se que até o final do ano os alunos participantes possam sanar suas dificuldades de aprendizagem apresentadas naquele ano. A avaliação acontece nos horários de planejamento coletivo dos professores com levantamentos de pontos positivos e negativos da mobilidade.

Para os alunos do 1º ao 5º ano é aplicado o Projeto Mobilidade. Os alunos são redistribuídos de acordo com o grau de dificuldade em grupos menores, no mesmo horário de aula, com o auxílio do professor eventual. Isso se torna necessário para que o professor possa trabalhar com os pares em aproximação. Acredita-se que na medida em que os alunos em defasagem possam se encontrar e sanar as suas dificuldades, os alunos que não apresentam essas dificuldades também podem ser contemplados, pois poderão avançar na construção de seus conhecimentos.

O único homem que se educa é aquele que aprende como aprender aprendeu como se adaptar e mudar; que se capacitou de que nenhum conhecimento é seguro, que nenhum processo de buscar conhecimento oferece um base segura". (ROGERS, 2009, p.10)

A formação continuada, bem como outros processos de capacitação, faz parte do esforço para valorizar e otimizar o trabalho de todos os funcionários. Neste sentido, é importante compreender que além da ação do poder público para viabilizar tais projetos, o trabalho que se desenvolve no interior da escola é fundamental. Trata-se, de fato, do desafio de investir em novos comportamentos diante da importância do conhecimento, como processo social e permanentemente construído. Com isso, a escola incentiva a formação continuada de todo o pessoal envolvido no processo, como também facilita a participação em cursos oferecidos pelo CRPE/SEMED (Centro de Referência dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de

Educação de Divinópolis-MG) buscando parcerias na implantação de oficinas, palestras, cursos nos dias escolares.

Quanto às reuniões pedagógicas sempre acontecem nos dias escolares da escola e também nos horários de planejamento dos professores, priorizando as ações e os projetos em desenvolvimento. Sempre que fizer necessário também acontecerão os treinamentos em serviço e avaliações diretas com os professores, para aprimoramento das ações.

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, idéias sobre como é a rede para a infância e sobre como deveria ou poderia ser. (BONDIOLI, 2004, p.14)

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática é um dos princípios que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para a Educação brasileira e está regulamentada pela LDB 9394/96. A LDB dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE que trata dos diferentes níveis e modalidades da Educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e da formação e valorização dos profissionais da educação.

[...] A própria legislação acabou reconhecendo mais amplamente essa necessidade de construir e desenvolver os princípios de convivência e de gestão democrática na escola de modo que se estendeu, por todo o Brasil, a exigência de manutenção desses canais de participação, tanto da comunidade escolar (pais, alunos, educadores, funcionários), como da população que vive em torno dela (comunidade local). (BARRETO, 2009, s.d.)

Assim, a gestão do Sistema Educacional observa as diretrizes nacionais comuns e considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino, seja municipal, distrital, estadual ou federal. A gestão democrática da escola pública, tendo por objetivo contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organiza o funcionamento da escola de maneira transparente, possibilitando que a comunidade escolar adquira conhecimentos, saberes e ideias para transformar sua realidade.

[...] A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parteda própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, ma exigência de seu projeto político pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade, de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI,1994, s.d.)

Na unidade escolar se concretiza o objetivo do sistema escolar, é nela que se efetivam as metas governamentais, estabelecidas ou não. É o local onde ocorrem as mudanças no sistema escolar e por esses motivos é necessária sua autonomia na elaboração de projetos e nas ações voltadas para as necessidades específicas da

sua comunidade escolar. Conforme Barreto (2009) e em Gadotti (1994), a comunidade assume também, junto às políticas públicas, a responsabilidade pelo desenvolvimento o projeto da escola. A função dos dirigentes escolares é de natureza política, portanto, preza-se pela rotatividade e a escolha dos mesmos na E. M. Santos Dumont ocorre por meio da eleição direta. No processo de eleição, os dirigentes apresentam seus planos de trabalho e todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos e funcionários, dentro das regras previamente estabelecidas, votam num processo de eleição transparente e democrático.

A E .M. Santos Dumont mantém a participação da comunidade e conta com um órgão representativo que é o Conselho Escolar. Todas as ocorrências que necessitam atenção especial são levadas ao Conselho e as decisões são compartilhadas, havendo, inclusive, registros em ata. O Conselho Escolar opina, também, sobre verbas e materiais a serem adquiridos pela escola e os pais tem um papel muito importante no Conselho, pois esse é o meio pelo qual a comunidade tem maior oportunidade de participar da escola e de todo seu processo.

É importante considerar que, segundo Barreto (2009), “a participação da comunidade não pode se limitar a suprir as necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”. Evidencia que mais que isso, a comunidade pode e deve discutir as políticas de acesso, permanência e até mesmo contribuir para a organização curricular da instituição no sentido de possibilitar a reorientação da tarefa da escola.

A autonomia alcançada é uma conquista da jornada de estudos dos educadores que através de leituras, palestras, discussões vêm construindo estratégias para melhorar a qualidade no ensino. O direcionamento fica a encargo da equipe administrativa. Cabe a essa equipe a correção dos rumos, bem como o estímulo aos professores e funcionários que ainda não aderiram e têm dificuldade quanto à proposta coletiva. A consciência e a prática democrática precisam ser exercidas dentro da escola, a fim de que toda a sociedade se aproprie dessa prática e exerça sua cidadania de forma consciente, intervindo e transformando a sua realidade.

Em relação à disciplina do aluno, os problemas são amplamente discutidos e a resolução se dá, desde a auto avaliação, passando pela equipe pedagógica, pelos pais ou responsáveis e pelo Conselho até culminar nos órgãos de apoio à criança e ao adolescente do município de Divinópolis. Quanto ao funcionário, os procedimentos são parecidos e vão desde a avaliação individual sem registro até a avaliação com a equipe pedagógica e a avaliação com o grupo de trabalho desse funcionário, sendo todo o processo registrado em ata.

Evidencia-se a participação do órgão gestor nesse processo educacional, uma vez que a Secretaria Municipal de educação aponta diretrizes para uma política de propiciar à escola avanços no seu grau de autonomia e dispõe, dentre outros serviços, equipes técnicas específicas, de pedagogas que orientam apóiam e acompanham todo o trabalho educacional das unidades escolares.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Nessa escola, busca-se a integração social, e a valorização dos saberes do educando, incentivando e valorizando o resgate de sua cultura e o conhecimento formal. Por meio dos projetos pedagógicos espera-se, que o processo da construção do conhecimento e a convivência entre o educando e o educador ocorra de forma transparente e democrática. O professor é um mediador na construção do conhecimento do aluno, e tem como objetivo, entre outros, criar situações que provoquem o desafio intelectual e promova a aprendizagem do educando.

A escola exercer com autonomia, a sua função social, buscando sempre se atualizar e atuar de forma criativa e reflexiva na educação. Oportunizando aos alunos uma dinâmica que estimule a reflexão crítica e a determinação das normas de convivência. O respeito no ambiente escolar é incentivado constantemente entre todos os membros da equipe, valorizando desta forma a convivência coletiva, o profissionalismo e a prática pedagógica num constante processo de ação/reflexão das práticas adotadas.

[...] problematizar a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva a intersectoriedade das secretarias municipais, para repensar sobre a temática num âmbito maior, com vistas a minimizar o mal-estar docente e buscar ações que concorram para o bem-estar do professor. (PASCHOALINO, 2009, P.133).

A Escola Municipal Santos Dumont constitui um dos poucos espaços de formação social e de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso e, nesse sentido, valoriza-se a necessidade do trabalho com os pais, em: reuniões, assembleias avaliativas, festividades e momentos individualizados. Visto que a escola pública tem um papel social que vai além dos muros da escola, pois nela desponta todos os entraves da comunidade e o resultado da globalização. Torna-se necessário que o professor e a equipe pedagógica instalem canais.

É importante considerar que, segundo Barreto (2009), “a participação da comunidade não pode se limitar a suprir as necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”. Evidencia que mais que isso, a comunidade pode e deve discutir as políticas de acesso, permanência e até mesmo contribuir para a

organização curricular da instituição no sentido de possibilitar a reorientação da tarefa da escola.

A autonomia alcançada é uma conquista da jornada de estudos dos educadores que através de leituras, palestras, discussões vêm construindo estratégias para melhorar a qualidade no ensino. O direcionamento fica a encargo da equipe administrativa. Cabe a essa equipe a correção dos rumos, bem como o estímulo aos professores e funcionários que ainda não aderiram e têm dificuldade quanto à proposta coletiva. A consciência e a prática democrática precisam ser exercidas dentro da escola, a fim de que toda a sociedade se aproprie dessa prática e exerça sua cidadania de forma consciente, intervindo e transformando a sua realidade.]

Em relação à disciplina do aluno, os problemas são amplamente discutidos e a resolução se dá, desde a auto avaliação, passando pela equipe pedagógica, pelos pais ou responsáveis e pelo Conselho até culminar nos órgãos de apoio à criança e ao adolescente do município de Divinópolis. Quanto ao funcionário, os procedimentos são parecidos e vão desde a avaliação individual sem registro até a avaliação com a equipe pedagógica e a avaliação com o grupo de trabalho desse funcionário, sendo todo o processo registrado em ata.

Evidencia-se a participação do órgão gestor nesse processo educacional, uma vez que a Secretaria Municipal de educação aponta diretrizes para uma política de propiciar à escola avanços no seu grau de autonomia e dispõe, dentre outros serviços, equipes técnicas específicas, de pedagogas que orientam apoiam e acompanham todo o trabalho educacional das unidades escolares.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Nessa escola, busca-se a integração social, e a valorização dos saberes do educando, incentivando e valorizando o resgate de sua cultura e o conhecimento formal. Por meio dos projetos pedagógicos espera-se, que o processo da construção do conhecimento e a convivência entre o educando e o educador ocorra de forma transparente e democrática. O professor é um mediador na construção do conhecimento do aluno, e tem como objetivo, entre outros, criar situações que provoquem o desafio intelectual e promova a aprendizagem do educando.

A escola exercer com autonomia, a sua função social, buscando sempre se atualizar e atuar de forma criativa e reflexiva na educação. Oportunizando aos alunos uma dinâmica que estimule a reflexão crítica e a determinação das normas de convivência. O respeito no ambiente escolar é incentivado constantemente entre todos os membros da equipe, valorizando desta forma a convivência coletiva, o profissionalismo e a prática pedagógica num constante processo de ação/reflexão das práticas adotadas.

[...] problematizar a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva a intersectoriedade das secretarias municipais, para repensar sobre a temática num âmbito maior, com vistas a minimizar o mal-estar docente e buscar ações que concorram para o bem-estar do professor. (PASCHOALINO, 2009, P.133).

A Escola Municipal Santos Dumont constitui um dos poucos espaços de formação social e de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso e, nesse sentido, valoriza-se a necessidade do trabalho com os pais, em: reuniões, assembleias avaliativas, festividades e momentos individualizados. Visto que a escola pública tem um papel social que vai além dos muros da escola, pois nela desponta todos os entraves da comunidade e o resultado da globalização. Torna-se necessário que o professor e a equipe pedagógica instalem canais de comunicação entre eles e os alunos, para viabilizar o processo de formação dos educandos. Normas disciplinares dos discentes são estabelecidas em assembleia geral com os alunos de tal forma a serem seguidas por todos. O não cumprimento das normas disciplinares estabelecidas é avaliado pelos alunos, professores, equipe pedagógica, pais, a escola em conselhos e órgão do Ministério Público, quando necessário.

A direção, equipe pedagógica, equipe administrativa, professores e demais funcionários da Escola Municipal Santos Dumont possuem atribuições e funções específicas para cada segmento, bem como seus planos de ações e projetos para o bom funcionamento da escola e alcance dos objetivos educacionais, principalmente a efetiva aprendizagem dos alunos. A direção administrativa se encarrega de toda organização operacional no planejamento de reuniões, acompanhamento da escrita da escola, acompanhamento do Programa Merenda Escolar, articulação com os Conselhos, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar e ainda está inteiramente ligada aos processos pedagógicos.

A administração pedagógica está sob a coordenação do Diretor Pedagógico que, juntamente, com o serviço de supervisão fazem intercâmbio entre os dois turnos. Esse grupo é também responsável pela coordenação, implantação e implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG, além da manutenção de uma relação harmoniosa em consonância com os projetos internos da escola, garantindo assim, uma educação em rede.

A formação continuada é visto como uma necessidade e direito de todos os profissionais da escola, sendo apoiada a participação nos cursos ofertados pelo Centro de Referência dos Profissionais da Educação e demais espaços de formação da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG, entre outros. Além disso, são constantes, na própria escola, a oferta de cursos, a organização do planejamento coletivo e os encontros por área.

Acredita-se que a escola não é, hoje, um espaço educacional isolado. Necessita-se buscar integração e parcerias. Visando a integração escola e comunidade, os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos; assim sendo, conta-se com a presença destes nas assembléias avaliativas, no acompanhamento diário do desempenho dos filhos, nas apresentações artísticas nos eventos da escola, nas solicitações individuais e outros.

7. AVALIAÇÃO

“A avaliação tem como objetivo identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos” (Sousa, 2005, p.13). Desta forma os avanços e as necessidades de retomar os conteúdos trabalhados são constantes. Segundo, Souza:

[...] se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (Sousa, 2005; p. 25)

Não se mede o nível de conhecimento do aluno, apenas através da avaliação educacional, mesmo porque não é possível detectar toda a competência e legitimidade. Este procedimento ressalta uma avaliação negativa tanto do aluno quanto da instituição uma vez que envolve todas as atividades desenvolvidas e propostas pela instituição.

Uma boa avaliação é planejada e considera fatores externos e internos da instituição inclusive da cultura regional, pois o individuo carrega com sigo uma bagagem cultural e social do meio a qual pertence. Diante disto faz se necessário cuidado com o modo em que estes resultados são apresentados aos nossos alunos, pais e demais membros da comunidade escolar, pois o meio em que estão inseridos a instituição já exerce a função de reprova-los antes mesmo de serem oferecido a estes a oportunidade da construção do conhecimento, [...] o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, somente alguns dos conhecimentos adquiridos (NAVARRO, 2004, s.d.).

Já a avaliação institucional deve ser feita constantemente pelo coletivo, envolvendo todos os seguimentos da comunidade escolar, pois somente desta forma se sentirão sujeitos modificadores deste meio [...] pois a avaliação procura dar uma base mais sólida para que os problemas sejam resolvidos [...] (SOUZA, 2005, s.d). Quando a escola tem autoconhecimento fica mais ágil a tomada de decisão e comprometimento da equipe para o aperfeiçoamento das metas.

Desta forma o planejamento se faz importante para o estreitamento dos laços entre a prática do cotidiano escolar e as teorias que podem ser buscadas como subsidio na materialização do Projeto Político Pedagógico. “O alcance relativo do planejamento, no âmbito do sistema educacional sobre as escolas, se verifica na medida em que as mudanças propostas se confrontam com as práticas já consolidadas.” (SILVA, 2005, s.d).

Os resultados escolares são apresentados a cada período de forma clara e transparente para toda a comunidade escolar, assim como também é ofertado ao educando uma nova oportunidade quando não há resultados satisfatórios do mesmo. Portanto as ações são redirecionadas assim como as estratégias para obtenção de melhores resultados e a conquista da autonomia. Pois o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico se faz no cotidiano escolar através do resultado da avaliação individual, coletiva e institucional para obtenção de um Ensino de qualidade.

O erro do educando é usado como mecanismo de avaliação da instituição, incluindo professores e gestores. Não sendo um instrumento de promoção e ou punição. No final de cada período, o resultado poderá ser positivo quando identificado que o educando atingiu os objetivos propostos. Em situações contrarias um plano de intervenção pedagógica é oportunizando ao educando para identificar a situação atual e o caminho a seguir na busca da educação de qualidade “ [...] a escola que busca qualidade precisa desenvolver o ser social em todas as suas dimensões: econômico, no cultural; no político [...]” (NAVARRO, 2004, s.d.)

Quando as dificuldades não foram sanadas de um ano para outro, e tendo em vista que todas as oportunidades e estratégias para a construção do conhecimento foram oferecidas a este, o Decreto Municipal de Nº 10.965/2012 em seus artigos abaixo estabelece que:

Artigo 19 - A decisão quanto à retenção do educando no ano de escolaridade em que se encontra, caberá ao grupo de educadores que o acompanham e implicará na elaboração de um plano de intervenção pedagógica, incluindo atividades a serem oferecidas ao educando pela escola e/ou fora da escola, visando a superação das dificuldades apresentadas no decorrer dos processos avaliativos.

Parágrafo único. Será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo seqüencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Art. 20. O quarto e o quinto anos do ensino fundamental devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, visando ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.(DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

As avaliações são importantes, pois mediante seus resultados é possível estabelecer projetos de melhoria da qualidade da educação. Os tipos diversos de avaliação permitem identificar defasagens diferentes em estágios da construção do conhecimento para redirecionamento do trabalho pedagógico. “As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam, como variam as intenções que se têm com o seu uso” (SOUZA, 2005, s.d.). O sucesso do aluno está atrelado a identidade da escola, portanto Souza ressalta,

[...] o objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos[...] [...] com essa informações decorrentes da avaliação da aprendizagem, temos também informações sobre o ensino, uma vez que, na escola, a aprendizagem está sempre conjugada ao ensino”(SOUSA, 2005)

O decreto 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis, determina:

Artigo 16. A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educando e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e evolução dos mesmos.

A organização e a implementação das atividades pedagógicas adequadas e consistentes, para melhor atender a demanda da escola e do sistema municipal se dá nos incisos:

- § 2º- Os processos avaliativos nos Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos aos educandos, conceitos:
- a) 1º período: fevereiro, março e abril;
 - b) 2º período: maio, junho, julho e agosto;
 - c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro.
- § 3º - Os processos avaliativos no Terceiro Ciclo do ensino **fundamental** serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos, aos educandos, 100 pontos, divididos da seguinte forma:
- a) 1º período: fevereiro, março e abril - 30 pontos;
 - b) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro - 35 pontos.

c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro - 35 pontos.

§ 4º - A distribuição de pontos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 16 não incluirá os componentes curriculares Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Língua Estrangeira Moderna, aos quais serão atribuídos conceitos.

§ 5º - Será considerada como parâmetro para a progressão simples, a média ponderada mínima de 60% (sessenta por cento), a ser obtida pelo educando nos três períodos avaliativos anuais.

§ 6º - A unidade de ensino, com o apoio da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, criará estratégias diferenciadas para apresentação dos resultados das avaliações para os educandos e seus familiares. Estas estratégias descreverão as potencialidades, os avanços, as possibilidades e as dificuldades percebidas a partir dos processos avaliativos e os procedimentos adotados para superação das dificuldades demonstradas pelos educandos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

Na avaliação, o resultado deve ser visto como forma de construção do conhecimento e instrumento para detectar e acompanhar as necessidades e retornar os conteúdos trabalhados. É preciso conscientizar as crianças e adolescentes que este é um processo importante que estará presente em alguns momentos de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção do Projeto Político Pedagógico vive-se intensa movimentação da escola, permeada por momentos de trocas, ansiedade, medos, alegrias, dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas.

[...] vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2009, s.d.)

Ressalta-se que a construção deste projeto, executada de maneira realmente coletiva, só se tornou possível, devido à forma de organização da escola que garante tempo de estudo e interação da equipe. Assim, espera-se usufruir dos benefícios almejados e delinear novos rumos para a organização escolar. A maior dificuldade apontada por todos na construção deste projeto foi a adequação de tempos e espaços coletivos. Ampliar a participação da comunidade de pais também foi uma dificuldade a ser superada bem como estimular a participação de toda comunidade escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico possibilitando que todos tenham vez e voz.

Esse trabalho ratifica que a E.M. Santos Dumont é um espaço aberto, onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas e ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles todo o tempo. Assim, como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente, Gadotti (1994), pode-se operar a grande mudança por meio das pequenas, numa certa direção.

[...] Sem a pretensão de concluir, é preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada. O projeto deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica. (VEIGA, 2003, p.279)

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

DECRETO MUNICIPAL de Nº 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis de Minas Gerais

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional**: elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. Território e Lugar: espaços da complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica – O Projeto Pedagógico na escola. Atualidades

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação**: o processo e o produto - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

NAVARRO, Ignez Pinto(et al.) Conselho Escolar e a aprendizagem na escola-2004. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SILVA, Marcelo Pereira (et al.) O Planejamento em Educação-2012. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional**:: A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg

ANEXOS

ANEXO A

CALENDÁRIO - 2013 - Ensino Fundamental e Educação Infantil																															
Escola Municipal Santos Dumond																															
JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL																			
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab				
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13				
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20				
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27				
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29		24	25	26	27	28	29	30	28	29	30								
Escolar: 00	Letivo: 00							Escolar: 01	Letivo: 16							Escolar: 01	Letivo: 18							Escolar: 01	Letivo: 22						
MAIO				JUNHO				JULHO				AGOSTO																			
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab				
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	1	2	3	4	5	6	7				
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17				
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24				
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31				
Escolar: 00	Letivo: 20							Escolar: 01	Letivo: 19							Escolar: 00	Letivo: 15							Escolar: 01	Letivo: 19						
SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO																			
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab				
1	2	3	4	5	6	7	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7				
8	9	10	11	12	13	14	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21				
15	16	17	18	19	20	21	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28				
22	23	24	25	26	27	28	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30									
Escolar: 02	Letivo: 19							Escolar: 00	Letivo: 18							Escolar: 01	Letivo: 20							Escolar: 01	Letivo: 14						
LEGENDA																															
▲ Início e término do ano escolar				■ Férias				★ Dia Letivo Integrador																							
● Início e término do ano letivo				● Dia Letivo				★ Dia Nacional da Consciência Negra - Lei. 10.639/03																							
☒ Recesos e feriados				■ Dia Escolar				☾ Eleição de Diretores																							
< 1º SEMESTRE >						< 2º SEMESTRE >						TOTAL GERAL																			
Dias Escolares			Dias Letivos			Dias Escolares			Dias Letivos			Dias Escolares			Dias Letivos																
04			110			05			90			09			200																
Assinatura/Carimbo Diretor(a)						Assinatura Dinâmica Escolar						Carimbo da Escola Divinópolis, 28/12/2012																			

ANEXO B

PLANO CURRICULAR - 2013																				
ENSINO FUNDAMENTAL																				
Escola Municipal Santos Dumont											Carimbo da Escola									
Endereço:																				
Município: Divinópolis/MG																				
Dias Letivos Anuais: 200											Carga Horária Anual: 833h e 20 min									
Semanas Letivas Anuais: 40											Recreio Diário: 20min									
Módulo Aula: 50 minutos											Duração do Turno: 4h 30min									
Dias Semanais: 05																				
Áreas de Conhecimento	ANOS INICIAIS										ANOS FINAIS									
	Ciclo da Alfabetização					Ciclo Complementar					6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano			
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH		
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	04	133:20	04	133:20	04	133:20	
	Matemática	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	04	133:20	05	166:40	05	166:40	05	166:40	
	Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	História	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	04	133:20	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	Ciências	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	04	133:20	04	133:20	04	133:20	
	Educação Física	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	Ensino Religioso	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	Parte Diversificada	LEM - Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
		Protagonismo Juvenil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
Literatura		02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	01	33:20	-	-	-	-	-	-	-		
Filosofia		01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	-	-	-	-	-	-	-		
Total		25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	
Observações:																				
1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Estadual nº 12767/1998).											Legenda:									
2 - A Educação Ambiental permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 9795/1999).											AS - Aulas Semanais									
3 - A Educação Fiscal permeará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Municipal nº 6526/2007).											CH - Carga Horária									
4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia (Lei Federal nº 11645/2008).																				
5 - Direitos das Crianças e Adolescentes permearão todo o currículo (Lei Federal nº 11.525/07).																				
Divinópolis, 28 de dezembro de 2012																				
											DIRETOR (A) ESCOLA									
											Dinâmica Escolar									